

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 479/26**

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (especialmente art.
- Lei Federal nº 13.731, de 08 de novembro de 2018, que dispõe sobre mecanismos de financiamento para arborização urbana e recuperação de áreas degradadas;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 11.540, de 25 de maio de 1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade de exame e pulverização periódica das árvores do Município de São Paulo, a fim de combater a ação dos cupins e preservar o meio ambiente.
- Lei Municipal nº 14.186, de 04 de julho de 2006, que institui o Programa Municipal de Arborização Urbana, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.723, de 15 de maio de 2008, que institui, no Município de São Paulo, o Programa de Aproveitamento de Madeira de Podas de Árvores – PAMPA;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 15.910, de 27 de novembro de 2013, que dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais;
- Lei Municipal nº 15.428, de 26 de agosto de 2011, que cria o Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental da Cidade de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.572, de 9 de maio de 2012, que determina a adoção dos critérios socioambientais que especifica no desenvolvimento e implantação de políticas, programas e ações pelo Poder Público Municipal, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002;
- Lei Municipal nº 16.137, de 16 de março de 2015, que permite a delegação de competência para autorização de manejo e dá providências correlatas;
- Lei Municipal nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, - Plano Diretor Estratégico (PDE);
- Lei Municipal nº 17.794, de 27 de abril de 2022, que disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências
- Leis Municipais nº 18.504, de 18/06/2026, que dispõe sobre o Programa Vagas Verdes nas vias do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 389/2026 Institui o Regime Emergencial de Proteção Arbórea no Município de São Paulo, estabelece medidas excepcionais de proteção da vegetação arbórea urbana, orienta ações para garantir a ampliação da cobertura vegetal, define critérios mínimos para nova legislação a ser apresentada, altera a Lei Municipal nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009 e dá outras providências.

PL 306/2026 Autoriza o Poder Executivo a promover a municipalização das calçadas no Município de São Paulo, para centralizar progressivamente a responsabilidade pela construção, manutenção e conservação dos passeios públicos, altera dispositivos da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011 e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 301/2026 Institui o "Programa Árvore Cidadã" no âmbito do Município de São Paulo, dispõe sobre o plantio participativo de árvores em vias e praças públicas, e dá outras providências.

PL 222/2026 Dispõe sobre a proibição do plantio da espécie Ficus benjamina no Município de São Paulo e estabelece diretrizes para sua substituição progressiva.

PL 184/2026 DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 17.794, DE 27 DE ABRIL DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 115/2026 CRIA O "COMPENSÔMETRO", PORTAL DE TRANSPARÊNCIA ACERCA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 113/2026 CRIA O "COMPENSÔMETRO", PORTAL DE TRANSPARÊNCIA ACERCA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 1562/2025 DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS DE EQUIVALÊNCIA ECOLÓGICA E HIERARQUIA DE COMPENSAÇÃO ARBÓREA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 17.794, DE 27 DE ABRIL DE 2022 [DISCIPLINA A ARBORIZAÇÃO URBANA, QUANTO AO SEU MANEJO, VISANDO À CONSERVAÇÃO E À PRESERVAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.]

PL 1189/2025 INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE ERRADICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DA PLANTA EXÓTICA LEUCENA (LEUCAENA LEUCOCEPHALA) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1022/2025 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO AMBIENTAL (TCA) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 992/2025 INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA VERDE –PLANTIO DE ÁRVORES NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO, COMO AÇÃO EDUCATIVA, SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA, EM ALINHAMENTO COM A COP 30.

PL 952/2025 DISPÕE SOBRE A SIMPLIFICAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DOS REQUISITOS PARA A SOLICITAÇÃO E DOAÇÃO DE MUDAS DE ÁRVORES PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE (SVMA) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 717/2025 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 14.933, DE 5 DE JUNHO DE 2009, QUE INSTITUI A POLÍTICA DE MUDANÇA DO CLIMA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. [INCLUI PRINCÍPIO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA, RESILIÊNCIA,



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, EDUCAÇÃO CLIMÁTICA E O FUNDO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO CLIMÁTICA]

PL 666/2025 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DE MAPAS DE CALOR URBANO DA CIDADE DE SÃO PAULO, COM METAS DE PLANTIO DE ÁRVORES OU AÇÕES DE MITIGAÇÃO TÉRMICA POR SUBPREFEITURA.

PL 594/2025 DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE PLANTIO E PAISAGISMO SEGURO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ESTABELECE DIRETRIZES PARA ARBORIZAÇÃO SEGURA E PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA PESSOAS E ANIMAIS DOMÉSTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 378/2025 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA VAGAS VERDES NAS VIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 338/2025 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PLANTIO E CONSERVAÇÃO, PELO PODER PÚBLICO, DE NO MÍNIMO UMA ÁRVORE DE ESPÉCIE NATIVA EM FRENTE A CADA IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

PL 322/2025 DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO PLANTIO DE "TODAS AS ESPÉCIES FÍCUS" NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 176/2025 DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DA ARBORIZAÇÃO VIÁRIA DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 396/2024 ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 14 DA LEI Nº 17.794, DE 27 DE ABRIL DE 2022, QUE "DISCIPLINA A ARBORIZAÇÃO URBANA, QUANTO AO SEU MANEJO, VISANDO À CONSERVAÇÃO E À PRESERVAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PL 10/2024 ESTABELECE OBRIGATORIEDADE DE PODAS DE ÁRVORES E CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS ÁRVORES A CADA SEIS MESES E DETERMINA O PLANTIO DE NOVAS ÁRVORES EM VIAS PÚBLICAS APENAS NO CANTEIRO CENTRAL ONDE HOVER, SENDO OBRIGATÓRIO O CANTEIRO CENTRAL EM NOVAS VIAS PÚBLICAS COM LARGURA SUPERIOR A 25 (VINTE E CINCO) METROS.

PL 787/2023 ESTABELECE A SUBSTITUIÇÃO DE EXEMPLARES ARBÓREOS EM SITUAÇÃO DE RISCO, NOS TERMOS EM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PL 82/2022 "INSTITUI O PROGRAMA PLANTANDO O FUTURO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO."



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 01 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068